

# Governo planeja a economia para os próximos 20 anos

13 ABR 1986

Nelson Torreão

Brasília — Depois do plano de estabilização, a questão que se coloca é qual será a direção da expansão da economia brasileira e quais serão os canais para financiar essa expansão, diante do esgotamento das fontes de financiamento dos ciclos de expansão recentes. O diagnóstico é do secretário do Tesouro, Andrea Calabi, na tentativa de pensar a economia brasileira num horizonte de 10 a 20 anos.

A Secretaria do Tesouro, diz Calabi, terá um papel no equacionamento dessa questão, na medida em que um maior controle do setor público terá influência na definição do investimento privado nos anos pós-reforma monetária. E essa influência não é desprezível, diante do peso do setor estatal na economia brasileira.

Quase dois terços da formação de capital fixo (investimentos) da economia brasileira são de responsabilidade do estado, assim como três quartos da dívida externa, um terço dos empregos diretos e indiretos (representados, esses últimos, pelas encomendas do setor público às empresas privadas) e quase metade do produto interno (consideradas aí também as compras do estado).

## Fontes esgotadas

As três fontes de financiamento dos ciclos de expansão da economia estão esgotadas, diz Calabi. A via dos déficits fiscais está fechada pelo compromisso político de zerar o déficit público; o subsídio às tarifas públicas, pelo compromisso de reduzir e manter baixa a inflação; e o recurso ao endividamento externo, pelo fechamento do fluxo internacional de crédito.

Na medida em que equilibra e controla a execução do seu orçamento, o setor público deixa de pressionar o mercado financeiro, mantendo baixas as taxas de juros, condição essencial para a retomada dos investimentos privados, diz Calabi.

Ele prevê para as próximas décadas um esforço, liderado pelo setor privado, para reverter o atraso brasileiro em relação à "nova onda tecnológica". Serão necessários grandes investimentos em áreas como a biotecnologia, a engenharia genética e informática e também uma "revolução agrícola" e uma "nova onda industrial".

A questão social, segundo Calabi, já está equacionada no Plano Nacional de Desenvolvimento, que já prevê para este ano a duplicação dos investimentos no Programa de Prioridades Sociais. No ano passado, esses investimentos somaram US\$ 2 bilhões e deverão dobrar este ano, de acordo com a programação do PPS.

## Primeiro passo

A criação da Secretaria do Tesouro, diz Calabi, é um primeiro passo no sentido de abrir espaço para os novos investimentos através do alongamento do estoque das dívidas do setor público e do setor privado. Na medida em que o governo deixa de manter recursos ociosos no sistema financeiro, por falta de controles adequados para a execução do orçamento, é possível reduzir o custo do serviço da dívida, com efeitos benéficos para a redução das taxas de juros.

Toda a economia resultante da unificação das 3.700 contas do governo numa única conta da Secretaria do Tesouro será aplicada pelo Banco Central na recompra de títulos públicos. Com isso, o governo deixará de pagar juros sobre esses títulos.

Calabi admite que a reforma monetária e o controle dos gastos públicos terão de ser seguidos por medidas complementares como a reforma bancária e a criação da chamada **holding** das estatais. Mas lembra que não se pode fazer uma reforma bancária por decreto, com prazo predeterminado, assim como não se pode resolver por um passe de mágica o "multifacetamento" das empresas estatais, para a criação da **holding**.

— Há muito mais "fofoca" do que estudos concretos sobre essa **holding**, e também não é possível fixar prazo para a concretização da reforma do sistema financeiro — diz o secretário do Tesouro.